



Centro Cultural de Bem Estar
Social da Zebreira
Lar de 3ª Idade

CONTA GERÊNCIA

ANO 2023

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2023

Com um início de ano dinâmico em termos de atividade económica nacional, o segundo e terceiro trimestres registaram uma estagnação que se deverá manter até ao final do ano de 2023, resultante da desaceleração expressiva do consumo privado e da formação bruta de capital fixo (FBCF).

Os fundos europeus associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) deveriam ter-se refletido já em 2023 no crescimento da FBCF especialmente pela componente pública, mas a sua incidência acaba por ficar relegada para os anos seguintes.

As exportações de bens e serviços registam expressiva desaceleração de 14,4 p.p em 2022 para 2,3% em 2023 resultante da conjuntura internacional, e que em 2024 terá uma recuperação de 3,9%.

Ao nível do mercado de trabalho, a criação de emprego começou a desacelerar, prevendo-se uma recuperação em 2024.

Globalmente, a atividade económica de 2023, condicionada pela agressão militar russa e do conflito do médio oriente, regista um baixo crescimento.

A inflação persistiu alta em muitos países, mesmo quando se registou uma diminuição dos preços dos alimentos e da energia.

Trata-se de um reflexo do abrandamento económico dos principais parceiros comerciais da União Europeia, dos efeitos acumulados da inflação e de políticas monetárias restritivas. Regista-se uma diminuição das exportações, do consumo privado e da FBCF em especial no setor público.

A subida das taxas de juro leva as famílias, instituições e as empresas a projetar limitações que se estenderão à atividade económica de 2024.

O condicionamento da atividade mundial resultante da inflação e das condições monetárias e financeiras reduz-se de 3,3% em 2022 para 2,9% em 2023 o que reduz a procura externa de 7,8% em 2022 para 1,4% em 2023.

A inflação tem vindo a diminuir de forma gradual desde o final de 2022, refletindo essencialmente a redução dos preços das matérias-primas energéticas e alimentares.

Ao nível mundial regista-se um crescimento moderado da atividade económica, influenciada pelas condições financeiras pouco favoráveis e que continuará a diminuir

de 3,3% em 2022 para 2,9% em 2023 e 2,7% em 2024, prevendo-se apenas para 2025 uma recuperação para 3%.

A nível europeu, a variação anual do PIB deverá ser de 0,7% em 2023, 1% em 2024 e 1,5% em 2025. Recordamos que em 2022 fora de 3,4%.

Prevê-se ainda que o crescimento do comércio mundial se reduza de 6% em 2022 para 0,3% em 2023, mas com perspetivas de 3,1% em 2024 e 3,2% em 2025, sendo que a procura externa dirigida a Portugal será de 0,2%, 2,8% e 2,9% respetivamente para os anos de 2023, 2024 e 2025.

Face a esta conjuntura económica, apresentamos a Conta de Gerência do ano de 2023.

A informação financeira do ano económico de 2023 relata os dados constantes no Balanço em 31 de dezembro de 2023 e na Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2023.

No exercício económico em análise realizou-se um total de Rendimentos no valor de 937.607,63 € (novecentos e trinta e sete mil, seiscentos e sete euros e sessenta e três cêntimos). Este valor inclui um acréscimo de 112.743,32 € (cento e doze mil, setecentos e quarenta e três euros e trinta e dois cêntimos), quando comparado com o exercício económico anterior. Este aumento que se verificou, fica a dever-se principalmente ao subsídio de 90.000,00 € (noventa mil euros) atribuído pelo Município de Idanha-a-Nova para fazer face ao aumento com os custos com o pessoal, ao aumento do acordo de cooperação por parte da Segurança Social, ter-se aumentado o número de utentes na reposta social de Serviço de Apoio Domiciliário e o fornecimento das refeições à Escola Primária e Jardim de Infância.

No que diz respeito aos Gastos verifica-se que os mesmos ascenderam ao valor de 931.625,29 € (novecentos e trinta e um mil, seiscentos e vinte e cinco euros e vinte e nove cêntimos), o que significa um acréscimo de 102.886,42 € (cento e dois mil, oitocentos e oitenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos) relativamente ao ano anterior. Este crescimento da despesa assenta principalmente em três rubricas:

- **Alimentação:** a alimentação devido à conjuntura económica referida anteriormente, teve um ligeiro acréscimo relativamente ao ano anterior.
- **Fornecimentos e Serviços Externos:** é a rubrica onde se engloba principalmente gás, combustíveis, trabalhos especializados e manutenção de edifícios. Foi principalmente nestes custos que se verificaram os maiores aumentos, gás e combustíveis tem a ver com a conjuntura económica verificada no ano em causa, quanto aos serviços especializados e reparação do edifício tem a ver com a necessidade de fazer determinadas melhorias para se proceder ao término da implementação das MAPs (Medidas de Autoproteção) que são obrigatórias, e as exigências levantadas pela visita da ASAE.
- **Custos com o Pessoal:** o seu aumento reflete o impacto criado com o aumento do salário mínimo nacional que passou de 705 € para 760 € em 2023, e ao aumento provocado pela obrigatoriedade da requalificação dos colaboradores exigido pela ACT, e aplicação de uma nova tabela salarial, que em maio obrigou ao pagamento dos retroativos com efeitos a novembro de 2022.

Os principais acontecimentos ocorridos na instituição no ano de 2023, que levam à explicação do aumento da despesa:

JANEIRO – protocolo com município de Idanha-a-Nova para implementação do sistema de certificação da qualidade;

MARÇO – contratação de um técnico (educadora social) para apoio na implementação do sistema de certificação da qualidade;

Vistoria ASAE – reparações na dispensa da cozinha (dentro e fora) e no armazém de produtos alimentares (colocação de redes de proteção e lavagem e pintura de paredes); aquisição de caixas plásticas e estrados para colocação nas câmaras frigoríficas e dispensa do dia;

ABRIL – visita ACT – requalificação categorias profissionais;

Colocação móvel do cofre;

MAIO – aquisição de viatura elétrica para SAD;

JULHO – substituição de redes mosquiteiras de quartos/cozinha e refeitório; afinação de portas, substituição de fechaduras/cremones;

Colocação aparelho ar condicionado na cozinha;

Reparação máquina lavar roupa MIELE;

AGOSTO – aquisição/troca de aspirador para limpezas gerais;

SETEMBRO – limpeza HOTTE;

NOVEMBRO – aplicação manómetro de gás.

Durante o ano de 2023 foram realizadas duas formações no âmbito da empresa de segurança (PLURISEG) e começamos a preparar a vistoria da ANEPC.

Assim, terminamos o exercício económico de 2023 com um resultado líquido positivo de 5.982,34 € (cinco mil, novecentos e oitenta e dois euros e trinta e quatro cêntimos).

A Direção propõe que o resultado líquido positivo de 5.982,34 € (cinco mil, novecentos e oitenta e dois euros e trinta e quatro cêntimos) seja transferido para Resultados Transitados.

Zebreira, 26 de março de 2023

ANEXOS

Centro Cultural Bem Estar Social Zebreira
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 501558233

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	7	451.917,76	471.626,10
Subsídios, doações e legados à exploração	10.9	459.362,71	325.757,35
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	126.173,30	123.845,02
Fornecimentos e serviços externos	10.10	205.195,10	199.877,78
Gastos com o pessoal	8	576.254,23	492.167,78
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	10.11	26.301,00	27.417,50
Outros gastos	10.12	963,63	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		28.995,21	8.910,37
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	23.039,03	12.848,29
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5.956,18	-3.937,92
Juros e rendimentos similares obtidos	10.13	26,16	63,36
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		5.982,34	-3.874,56
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		5.982,34	-3.874,56

Contabilista Certificado

A Direção

Maria Rosário de Almeida
 Paulo Sérgio
 6060 ZEBREIRA

Centro Cultural Bem Estar Social Zebreira
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 501558233
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	326.058,76	303.772,39
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	10.1	6.569,07	6.154,74
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		332.627,83	309.927,13
Activo corrente			
Inventários	6	5.211,18	4.394,26
Créditos a receber	10.2	106.802,26	56.517,50
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		533,82	3.899,80
Caixa e depósitos bancários	10.5	387.585,24	467.597,22
Outros activos correntes	10.3	21.327,36	16.874,10
		521.459,86	549.282,88
Total do ativo		854.087,69	859.210,01
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.6	155.366,36	155.366,36
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	10.6	600.811,37	604.685,93
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		756.177,73	760.052,29
Resultado líquido do período	10.6	5.982,34	-3.874,56
Total dos fundos patrimoniais		762.160,07	756.177,73
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		3.353,58	2.710,05
		3.353,58	2.710,05
Passivo corrente			
Fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes publicos	10.7	13.894,14	12.252,72
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	10.8	74.679,90	88.069,51
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
		88.574,04	100.322,23
Total do passivo		91.927,62	103.032,28
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		854.087,69	859.210,01

Contabilista Certificado

A Direção

Maria Rosário de Almeida

gestora

Paulo Sérgio Antunes

Centro Cultural Bem Estar Social Zebreira
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		783.047,20	802.818,32
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		310.853,67	318.774,07
Pagamentos ao pessoal		406.352,18	315.720,66
Caixa gerada pelas operações		65.841,35	168.323,59
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-100.527,93	-184.689,80
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-34.686,58	-16.366,21
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		42.078,20	2.793,33
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-3.247,20	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-45.325,40	-2.793,33
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		-80.011,98	-19.159,54
Efeito das diferenças de câmbio			
		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		467.597,22	496.176,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		387.585,24	467.597,22

Contabilista Certificado

A Direção

Maria Rosalia de Almeida
Setembro
 CENTRO CULTURAL DE BEM ESTAR SOCIAL DA ZEBREIRA
 5000 ZEBREIRA
Paulo Sérgio Amorim Pinto

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2023

Com um início de ano dinâmico em termos de atividade económica nacional, o segundo e terceiro trimestres registaram uma estagnação que se deverá manter até ao final do ano de 2023, resultante da desaceleração expressiva do consumo privado e da formação bruta de capital fixo (FBCF).

Os fundos europeus associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) deveriam ter-se refletido já em 2023 no crescimento da FBCF especialmente pela componente pública, mas a sua incidência acaba por ficar relegada para os anos seguintes.

As exportações de bens e serviços registam expressiva desaceleração de 14,4 p.p em 2022 para 2,3% em 2023 resultante da conjuntura internacional, e que em 2024 terá uma recuperação de 3,9%.

Ao nível do mercado de trabalho, a criação de emprego começou a desacelerar, prevendo-se uma recuperação em 2024.

Globalmente, a atividade económica de 2023, condicionada pela agressão militar russa e do conflito do médio oriente, regista um baixo crescimento.

A inflação persistiu alta em muitos países, mesmo quando se registou uma diminuição dos preços dos alimentos e da energia.

Trata-se de um reflexo do abrandamento económico dos principais parceiros comerciais da União Europeia, dos efeitos acumulados da inflação e de políticas monetárias restritivas. Regista-se uma diminuição das exportações, do consumo privado e da FBCF em especial no setor público.

A subida das taxas de juro leva as famílias, instituições e as empresas a projetar limitações que se estenderão à atividade económica de 2024.

O condicionamento da atividade mundial resultante da inflação e das condições monetárias e financeiras reduz-se de 3,3% em 2022 para 2,9% em 2023 o que reduz a procura externa de 7,8% em 2022 para 1,4% em 2023.

A inflação tem vindo a diminuir de forma gradual desde o final de 2022, refletindo essencialmente a redução dos preços das matérias-primas energéticas e alimentares.

Ao nível mundial regista-se um crescimento moderado da atividade económica, influenciada pelas condições financeiras pouco favoráveis e que continuará a diminuir

de 3,3% em 2022 para 2,9% em 2023 e 2,7% em 2024, prevendo-se apenas para 2025 uma recuperação para 3%.

A nível europeu, a variação anual do PIB deverá ser de 0,7% em 2023, 1% em 2024 e 1,5% em 2025. Recordamos que em 2022 fora de 3,4%.


Prevê-se ainda que o crescimento do comércio mundial se reduza de 6% em 2022 para 0,3% em 2023, mas com perspectivas de 3,1% em 2024 e 3,2% em 2025, sendo que a procura externa dirigida a Portugal será de 0,2%, 2,8% e 2,9% respetivamente para os anos de 2023, 2024 e 2025.

Face a esta conjuntura económica, apresentamos a Conta de Gerência do ano de 2023.

A informação financeira do ano económico de 2023 relata os dados constantes no Balanço em 31 de dezembro de 2023 e na Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2023.

No exercício económico em análise realizou-se um total de Rendimentos no valor de 937.607,63 € (novecentos e trinta e sete mil, seiscentos e sete euros e sessenta e três cêntimos). Este valor inclui um acréscimo de 112.743,32 € (cento e doze mil, setecentos e quarenta e três euros e trinta e dois cêntimos), quando comparado com o exercício económico anterior. Este aumento que se verificou, fica a dever-se principalmente ao subsídio de 90.000,00 € (noventa mil euros) atribuído pelo Município de Idanha-a-Nova para fazer face ao aumento com os custos com o pessoal, ao aumento do acordo de cooperação por parte da Segurança Social, ter-se aumentado o número de utentes na reposta social de Serviço de Apoio Domiciliário e o fornecimento das refeições à Escola Primária e Jardim de Infância.

No que diz respeito aos Gastos verifica-se que os mesmos ascenderam ao valor de 931.625,29 € (novecentos e trinta e um mil, seiscentos e vinte e cinco euros e vinte e nove cêntimos), o que significa um acréscimo de 102.886,42 € (cento e dois mil, oitocentos e oitenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos) relativamente ao ano anterior. Este crescimento da despesa assenta principalmente em três rubricas:

- 
- **Alimentação:** a alimentação devido à conjuntura económica referida anteriormente, teve um ligeiro acréscimo relativamente ao ano anterior.
 - **Fornecimentos e Serviços Externos:** é a rubrica onde se engloba principalmente gás, combustíveis, trabalhos especializados e manutenção de edifícios. Foi principalmente nestes custos que se verificaram os maiores aumentos, gás e combustíveis tem a ver com a conjuntura económica verificada no ano em causa, quanto aos serviços especializados e reparação do edifício tem a ver com a necessidade de fazer determinadas melhorias para se proceder ao término da implementação das MAPs (Medidas de Autoproteção) que são obrigatórias, e as exigências levantadas pela visita da ASAE.
 - **Custos com o Pessoal:** o seu aumento reflete o impacto criado com o aumento do salário mínimo nacional que passou de 705 € para 760 € em 2023, e ao aumento provocado pela obrigatoriedade da requalificação dos colaboradores exigido pela ACT, e aplicação de uma nova tabela salarial, que em maio obrigou ao pagamento dos retroativos com efeitos a novembro de 2022.

Os principais acontecimentos ocorridos na instituição no ano de 2023, que levam à explicação do aumento da despesa:

JANEIRO – protocolo com município de Idanha-a-Nova para implementação do sistema de certificação da qualidade;

MARÇO – contratação de um técnico (educadora social) para apoio na implementação do sistema de certificação da qualidade;

Vistoria ASAE – reparações na dispensa da cozinha (dentro e fora) e no armazém de produtos alimentares (colocação de redes de proteção e lavagem e pintura de paredes); aquisição de caixas plásticas e estrados para colocação nas câmaras frigoríficas e dispensa do dia;

ABRIL – visita ACT – requalificação categorias profissionais;

Colocação móvel do cofre;

MAIO – aquisição de viatura elétrica para SAD;

JULHO – substituição de redes mosquiteiras de quartos/cozinha e refeitório; afinação de portas, substituição de fechaduras/cremones;

Colocação aparelho ar condicionado na cozinha;

Reparação máquina lavar roupa MIELE;

AGOSTO – aquisição/troca de aspirador para limpezas gerais;

SETEMBRO – limpeza HOTTE;

NOVEMBRO – aplicação manómetro de gás.

Durante o ano de 2023 foram realizadas duas formações no âmbito da empresa de segurança (PLURISEG) e começamos a preparar a vistoria da ANEPC.

Assim, terminamos o exercício económico de 2023 com um resultado líquido positivo de 5.982,34 € (cinco mil, novecentos e oitenta e dois euros e trinta e quatro cêntimos).

A Direção propõe que o resultado líquido positivo de 5.982,34 € (cinco mil, novecentos e oitenta e dois euros e trinta e quatro cêntimos) seja transferido para Resultados Transitados.

Zebreira, 26 de março de 2023

Maria Rosal de Almeida
6060 ZEBREIRA
Paulo Sérgio Santos

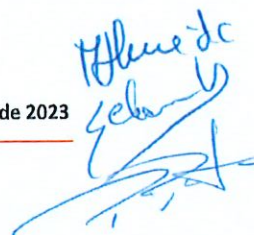
Maria de
Zabala
[Signature]

Centro Cultural Bem Estar Social

Zebreira

Anexo

31 de dezembro de 2023



Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	16
5	Ativos Fixos Tangíveis	16
6	Inventários	17
7	Rédito	17
8	Benefícios dos empregados	18
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
10	Outras Informações	18
10.1	Investimentos Financeiros	18
10.2	Clientes e Utentes	18
10.3	Outras contas a receber	19
10.4	Diferimentos	19
10.5	Caixa e Depósitos Bancários	19
10.6	Fundos Patrimoniais	19
10.7	Estado e Outros Entes Públicos	20
10.8	Outras Contas a Pagar	20
10.9	Subsídios, doações e legados à exploração	20
10.10	Fornecimentos e serviços externos	20
10.11	Outros rendimentos	21
10.12	Outros gastos	21
10.13	Resultados Financeiros	21
10.14	Acontecimentos após data de Balanço	21

1 Identificação da Entidade

A “Centro Cultural Bem Estar Social Zebreira” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com sede em Avenida Joaquim Morão, 10 - Zebreira.

Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Apoio a terceira idade

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 107/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os

correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

*Almeida
selam
11/12/23*

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas

contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

Handwritten signature and date:
11 de dezembro
2023

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5 anos
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	25 a 50 anos
Equipamento básico	6 a 12 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	6 a 12 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 a 12 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os

*Plano de
gestão*

custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

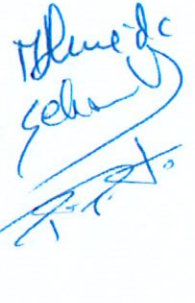
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram



com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

*Almeida
Zebreira*

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

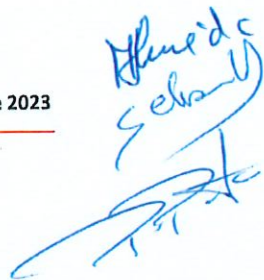
3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.



3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Handwritten signature and date:
 15/12/23

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Edifícios e outras construções	314.478,78	0,00	0,00	0,00	0,00	314.478,78
Equipamento básico	333.245,55	0,00	0,00	0,00	0,00	333.245,55
Equipamento de transporte	77.827,56	0,00	0,00	0,00	0,00	77.827,56
Equipamento administrativo	36.237,79	4.604,20	0,00	0,00	0,00	40.841,99
Outros Ativos fixos tangíveis	4.851,62	0,00	0,00	0,00	0,00	4.851,62
Total	810.641,30	4.604,20	0,00	0,00	0,00	815.245,50
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	90.227,97	3.490,88	0,00	0,00	0,00	93.718,85
Equipamento básico	292.505,54	8.445,87	0,00	0,00	0,00	300.951,41
Equipamento de transporte	77.827,56	0,00	0,00	0,00	0,00	77.827,56
Equipamento administrativo	33.212,13	696,54	0,00	0,00	0,00	33.908,67



Outros Ativos fixos tangíveis	4.851,62	215,00	0,00	0,00	0,00	5.066,62
Total	498.624,82	12.848,29	0,00	0,00	0,00	511.473,11

Descrição	2023					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Edifícios e outras construções	314.478,78	0,00	0,00	0,00	0,00	314.478,78
Equipamento básico	333.245,55	1.364,66	0,00	0,00	0,00	334.610,21
Equipamento de transporte	77.827,56	40.713,54	0,00	0,00	0,00	118.541,10
Equipamento administrativo	40.841,99	3.247,20	0,00	0,00	0,00	44.089,19
Outros Ativos fixos tangíveis	4.851,62	0,00	0,00	0,00	0,00	4.851,62
Total	815.245,50	45.325,40	0,00	0,00	0,00	860.570,90
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	93.718,85	3.490,88	0,00	0,00	0,00	97.209,73
Equipamento básico	300.951,41	8.673,22	0,00	0,00	0,00	309.624,63
Equipamento de transporte	77.827,56	10.178,39	0,00	0,00	0,00	88.005,95
Equipamento administrativo	33.908,67	696,54	0,00	0,00	0,00	34.605,21
Outros Ativos fixos tangíveis	5.066,62	0,00	0,00	0,00	0,00	5.066,62
Total	511.473,11	23.039,03	0,00	0,00	0,00	534.512,14

6 Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022				2023		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.090,74	125.148,54	0,00	4.394,26	126.990,22	0,00	5.211,18
Total	3.090,74	125.148,54	0,00	4.394,26	126.990,22	0,00	5.211,18
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				123.845,02			126.173,30

7 Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	451.163,76	471.070,10
Quotas e joias	754,00	556,00
Juros	26,16	63,36
Total	451.943,92	471.689,46

Handwritten signature and initials in blue ink.

8 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2023 e 2022, foram, respetivamente “5” e “5”.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foi de “38” e em 31/12/2022 foi de “37”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao pessoal	445.423,28	394.104,95
Indemnizações	14.500,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	99.034,63	87.885,33
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7.016,56	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	10.279,76	10.177,50
Total	576.254,23	492.167,78

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2023	2022
Outros Investimentos financeiros	6.569,07	6.154,74
Total	6.569,07	6.154,74

10.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	106.802,26	56.517,50
Utentes	0,00	0,00
Total	106.802,26	56.517,50

Handwritten signature and date:
 12/31/23

10.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	21.327,36	16.874,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	21.327,36	16.874,00

10.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
	533,82	3.899,80
Total	533,82	3.899,80
Rendimentos a Reconhecer		
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

10.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa	2.754,14	7.578,91
Depósitos à ordem	169.831,10	245.018,31
Depósitos a prazo	215.000,00	215.000,00
Total	387.585,24	467.597,22

10.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	155.366,36	0,00	0,00	155.366,36
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	604.685,93	0,00	-3.874,56	600.811,37
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	760.052,29	0,00	-3.874,56	756.177,73

Handwritten signature and date:
 31-12-23

10.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.324,00	2.812,00
Segurança Social	10.570,14	9.440,72
Total	13.894,14	12.252,72

10.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Cauções	3.353,58	0,00	2.710,05	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.353,58	0,00	2.710,05	0,00

10.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	277.154,01	275.757,35
Subsídios de outras entidades	171.511,00	50.000,00
Doações e heranças	10.697,70	0,00
Total	459.362,71	325.757,35

10.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Serviços especializados	86.586,45	64.204,77
Materiais	3.993,23	7.350,89
Energia e fluidos	74.072,60	80.191,51
Deslocações, estadas e transportes	3.417,34	2.461,86
Serviços diversos	33.760,20	38.084,34
Encargos saúde c/ utentes	3.365,28	7.584,41
Total	205.195,10	199.877,78

10.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ganhos em inventários	1.000,00	0,00
Outros rendimentos	25.301,00	27.417,50
Total	26.301,00	27.417,50

10.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	463,63	0,00
Outros Gastos	500,00	0,00
Total	963,63	0,00

10.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	26,16	63,36
Total	26,16	63,36
Resultados Financeiros	26,16	63,36

10.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela direção em 20 de março de 2024.

Zebreira, 20 de março de 2024

O Contabilista Certificado

A Direção

Maria Rosalva de Almeida